

Esforço concentrado de nada adiantou

Brasília — Nenhum dos itens da pauta prevista para o esforço concentrado de presença desta semana foi votado. Além dos assuntos principais, como anistia, reforma tributária e convocação da Constituinte, ficaram de fora a lei da reforma partidária e o orçamento da União para o próximo ano que, já apreciado pelas comissões do Congresso, tem prazo de aprovação até 30 de novembro.

O Deputado João Gilberto (PMDB-RS), que relatou o projeto da nova lei dos partidos, está muito preocupado com sua aprovação em plenário pois deve ser sancionada até 15 de novembro, sob pena de motivar a extinção de quase todos as novas siglas. Com exceção de PMDB, PDS, PT, PTB e PDT, as demais têm registro garantido apenas até as eleições municipais.

— Haverá uma grande intranqüilidade se esta lei não for votada — disse João Gilberto, após constatar ontem a evasão de parlamentares de Brasília.

Fora isto, devem ser votados este ano a devolução das prerrogativas do Congresso (cujo relatório final na Comissão Mista será votado internamente na próxima terça-feira) e o pacote fiscal que o Governo está elaborando. Mas o que mais interfere diretamente na vida dos políticos é a nova lei dos partidos.

O projeto reduz para seis meses o prazo de filiação mínima para que o inscrito em qualquer partido possa concorrer a eleições. Pela lei em vigor, o prazo é de um ano. Assim, começa a contar a partir de 15 de novembro deste ano para os futuros candidatos à Constituinte e aos Governos estaduais. Ou seja, ninguém poderá mudar de partido daquela data e teme-se uma debandada geral dos filiados aos pequenos e novos partidos sem registro definitivo.